

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva/IDP.
MACHADO, Hugo De Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros.
MORAES, Bernardo Ribeiro. Compendio de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense.
SILVA, José Afonso Da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros.

_____. Comentário Contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Tributários, cinco volumes. Rio de Janeiro: Renovar.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. A Administração Pública, suas espécies, formas e características; centralização e descentralização; espécies e atributos das entidades descentralizadas e avaliação do seu desempenho. 2. Princípios da Administração Pública. 3. Avaliação do regime jurídico-administrativo e sua relação com os direitos individuais. 4. Teoria geral da função pública. 5. Espécies de regimes jurídicos, sua natureza e características. 6. O servidor público e a constituição de 1988. 7. Regime Jurídico dos servidores públicos. 8. Serviços Públicos: conceito e natureza, modalidades e formas de prestação, o perfil moderno do serviço público. 9. Regime Jurídico da Licitação e dos contratos administrativos: obrigatoriedade de despesa e inexigibilidade e vedação da licitação; procedimentos, anulação e revogação; modalidades de licitação - Lei nº 8.666/1993. 10. Convênios e consórcios administrativos. 11. Teoria geral do ato administrativo: conceitos, classificação, espécies, elementos, requisitos e atributos do ato administrativo. O ato administrativo e os direitos dos administrados. 12. Controle da Administração Pública: espécies de controle e suas características, seus efeitos na prestação dos serviços públicos. 13. Domínio público: conceito; domínio eminente; domínio patrimonial; conceito e classificação dos bens públicos; administração dos bens públicos; utilização dos bens públicos; alienação dos bens públicos; afetação e desafetação; imprescritibilidade; impenhorabilidade; inalienabilidade e impossibilidade de oneração de bens públicos; aquisição de bens pela administração; terras públicas; águas públicas; espaço aéreo; zona econômica exclusiva; intervenção na propriedade de terceiros (desapropriação, servidão pública e outros); patrimônio histórico; proteção ambiental.

Sugestões Bibliográficas:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: RT.

PIETRO, Maria Sílvia Zanella Di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E RESPONSABILIDADE FISCAL

1. Orçamento Público: conceitos, princípios orçamentários e características do orçamento tradicional, do orçamento de base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento-programa. 2. Instrumentos de Planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 3. Classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira. 4. Execução da receita e da despesa orçamentária. 5. Estágios da Receita e da Despesa Orçamentária. 6. Estrutura programática adotada no setor público brasileiro. 7. Ciclo Orçamentário. 8. Créditos Adicionais. 9. Conta Única. 10. Programação Orçamentária e Financeira. Descentralização de Créditos Orçamentários e Recursos Financeiros. Elaboração da Programação Financeira. Contingenciamento. Limite de Empenho e de Movimentação Financeira. 11. Lei de Responsabilidade Fiscal: princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário, regra de ouro. Anexo de Metas Fiscais. Anexo de Riscos Fiscais. Resultado Nominal, Resultado Nominal, Resultado Primário, Receita Corrente Líquida. Renúncia de receita. Geração de Despesa e Despesa Obrigatória de Caráter Continuado. Vedações. Instrumentos de transparência. 12. Limites Constitucionais e legais: Educação, Saúde, Pessoal, Dívida e Operações de Crédito, Garantias. 13. Transparências Voluntárias. 14. Manuais: Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*.

_____. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. "Estatui normas gerais de direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal."

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

_____. Portaria nº 42 do MOG, de 14 de abril de 1999.

_____. Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. "Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências".

_____. Portaria nº 249, de 30 de abril de 2010. Secretaria do Tesouro Nacional. "Aprova a 3ª edição do Manual de Demonstrações Fiscais".

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 14. ed. São Paulo: Atlas.
JUND, Sérgio. *Administração, Orçamento e Contabilidade Pública*. Rio de Janeiro: Elsevier.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. 9ed. São Paulo: Atlas. 2011.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

CONTROLE INTERNO

1. Regras Constitucionais sobre o Controle Interno. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, o Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno. 2. Estrutura, funcionamento e atribuições dos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, conforme Lei 287/79, Decreto Estadual 3.148/80, Resolução SEF 45/07, Instrução Normativa AGE 136/09.

Sugestões Bibliográficas:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Curso de Auditoria de Instituições Financeiras*. São Paulo: Atlas, 1990.

REZENDE, F. A. *Finanças Públicas*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
PISCITELLI, R. B. *O Controle Interno na Administração Pública Federal Brasileira*. Brasília: ESAF, 1988.

AUDITORIA

1. Conceito, evolução, Auditoria interna e externa: papéis. 2. Auditoria governamental segundo a INTOSAI (*International Organization of Supreme Audit Institutions*) e o Manual de Auditoria da Auditoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro. 3. Planejamento de auditoria. Plano de auditoria baseado no risco. Atividades preliminares. Determinação de escopo. Programas de auditoria. Papéis de trabalho, Testes de auditoria. Importância da amostragem estatística em auditoria. Eventos ou transações subsequentes. 4. Execução da auditoria. Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. 5. Evidências. Caracterização de achados de auditoria. 6. Procedimentos em processos de tomadas e prestações de contas da Administração de acordo com a Lei Estadual 287/79, Decreto Estadual nº 3148/80 e Deliberação TCE nº 198/96.

Sugestões Bibliográficas:

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. São Paulo, Atlas, 1984.
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Curso de Auditoria de Instituições Financeiras*. São Paulo: Atlas, 1990.

MAUTZ, R. K. Princípios de Auditoria. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1978.
MOTTA, J. M. Auditoria: princípios e técnicas. São Paulo: Atlas, 1988.

CONTABILIDADE PÚBLICA

1. Conceito, objeto e regime. 2. Princípios Fundamentais de Contabilidade sob perspectiva do Setor Público. 3. Campo de Aplicação. 4. Legislação básica. 5. Receita: conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, deduções, renúncia e destinação da receita, Dívida Ativa. 6. Despesa: conceito, classificação e estágios, aspectos legais, contabilização, dívida pública, operações de crédito. 7. Variações Patrimoniais Ativas e Passivas: Interferências, mutações, acréscimos e decréscimos patrimoniais. 8. Plano de contas: conceito, estruturas e contas do ativo, passivo, despesa orçamentária, receita orçamentária, variações patrimoniais ativas e passivas, resultado e compensação. 9. Tabela de Eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos. 10. Demonstrações Contábeis: Balanço Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Conceitos, Aspectos legais, Forma de Apresentação, elaboração, análise dos demonstrativos. 11. Sistemas de Informações Contábeis. 12. Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Receita, Despesa, Dívida Ativa. 13. Registros contábeis de operações típicas na área pública: previsão da receita, dotação da despesa, descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros: empenho, liquidação e pagamento da despesa; arrecadação, recolhimento, destinação da receita orçamentária pública; retenções tributárias; renúncia da receita, deduções da receita, Restos a pagar, Despesa de Exercícios Anteriores, Suprimento de Fundos, Operações de Créditos. 14. Sistemas de contas. 15. Bens Públicos: De uso Especial, Domínios e de Uso Gerais. Conceitos, aspectos legais e contábeis. 16. Inventário e Administração de Material, Métodos de Avaliação. Contabilização. 17. Gestão Patrimonial de bens móveis, imóveis e intangíveis. 18. Registros na contabilidade do setor público de aspectos patrimoniais: depreciações, amortização e exaustão; provisões; apropriação da receita e da despesa pelo regime de competência, contingências passivas, reservas, perdas, ajustes de exercícios anteriores, 19 NBCT 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Sugestões Bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. "Estatui normas gerais de direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal."

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

_____. Portaria nº 42 do MOG, de 14 de abril de 1999.

_____. Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. "Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências".

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - (MCASP), 3ª edição.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - NBC-SP-T.16

CASTRO, Domingos Poupel. *Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público*. 3ª ed. São Paulo. Atlas.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 14. ed. São Paulo: Atlas.

JUND, Sérgio. *Administração, Orçamento e Contabilidade Pública*. Rio de Janeiro: Elsevier.

KOHAMA, Helio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. 11. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

_____. *Balanços Públicos, teoria e prática*. 2ed. São Paulo: Atlas.

QUINTANA, Alexandre C. [et. al.] *Contabilidade Pública - De acordo com as novas NBCASP e a LRF*. São Paulo. Atlas.

ROSA, Maria Berenice. *Contabilidade do Setor Público*. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. 9ed. São Paulo: Atlas. 2011.

CONTABILIDADE GERAL E CUSTOS

1. Conceito, objeto, objetivo, campos de aplicação, finalidade e usuários da contabilidade. 2. Postulados, princípios fundamentais e convenções contábeis. 3. Princípios e normas contábeis brasileiras emanadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. 4. Patrimônio; conceito contábil e componentes patrimoniais; aspectos do patrimônio; ativo, passivo e situação patrimonial líquida; origens e aplicações de recursos; patrimônio líquido; conceitos de capital e diferença entre capital e patrimônio; fatos contábeis e suas variações; forma e critérios de avaliação e evidênciação do patrimônio. 5. Escrituração: conceito, classificação, funções, funcionamento e teoria das contas contábeis; conceito e composição do plano de contas; livros de escrituração; métodos de escrituração; formas de escrituração, componentes e formas de apuração do resultado. 6. Contingências: tipos, provisões e reservas. 7. Regimes de Caixa e de Competência. 8. Demonstrações Contábeis e Financeiras - conceitos, finalidades, estruturas, elaboração e divulgação de acordo com a Lei 6404/76 e demais alterações; métodos e procedimentos de análise; principais aplicações da análise das Demonstrações Contábeis: Análise de liquidez; análise de fluxo de caixa, análise do ciclo operacional e análise do ciclo financeiro. Indicadores. Análise da estrutura de capital e da solvência. Indicadores e medidas de solvência. Análise horizontal e vertical. 9. Inventários: conceitos, finalidade, tipos e critérios para elaboração. 10. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. - CPC: objetivos. 11. Ganhos ou Perdas de Capital: conceito, alienação de bem do ativo imobilizado, alienação de investimentos avaliados pelo método de custo e pelo método de equivalência patrimonial, cálculo e contabilização. 12. Concentração e Extinção de Sociedades: aspectos legais, incorporação, fusão, cisão, transformação dissolução, liquidação e extinção, Contabilização. 13. Consolidação e Demonstrações Contábeis: objetivo, obrigatoriedade, conceitos, técnicas de consolidação, geração dos demonstrativos consolidados. 14. Custos: conceito, classificação, sistemas, métodos e formas de custeio, critérios de rateio, Definição, principais características, diferenciação, vantagens e desvantagens de cada método; Diferença entre custos e despesas; Princípios contábeis aplicados à Contabilidade de Custos; Contabilização dos Custos; Custos indiretos: custos fixos e variáveis. Ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro; Custos no Setor Público: objetivo e finalidade.

Sugestões Bibliográficas:

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HÖRNGREN, Charles T. *Contabilidade de Custos*. 11 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

IUDICIBUS, Sérgio.[et. al.]. *Manual das Sociedades Anônimas*. São Paulo: Atlas. 2010.

IUDICIBUS, Sérgio. *Análise de Balanços: Análise de Liquidez e de endividamento; Análise de giro; Rentabilidade e Alavancagem Financeira*. 10ed. São Paulo: Atlas. 2009

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. São Paulo: Atlas. 15ª ed. 2009

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de Custos*. 9 ed. São Paulo. Atlas. 2003

MORAES JUNIOR, José Jayme. *Contabilidade Geral: com as atualizações da Lei nº 11.638/2007 e da Lei nº 11.941/2009*. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010

NEVES, Silvério. VICECONTI, Paulo E. *Contabilidade Básica*. Frase Editora. 13ed.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Manual de Contabilidade Básica*. São Paulo: Atlas. 7ª ed. 2009

Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (com atualizações posteriores).

Id: 1209537

AVISO

Comunicamos o extravio da Carteira Funcional do servidor **ISNAR PITTAN AZEVEDO**, Auditor Fiscal da Receita Estadual, matrícula 0.963.678-8, lotado na PCI de NHANGAPI/PCI - 99.12, de acordo com o REGISTRO DE OCORRÊNCIA Nº 009-06124/2011-01, EXPEDIDO PELA 009ª Delegacia de Polícia, em 18/09/2011. Processo nº E-04/009.887/2011

Id: 1209251

SUBSECRETARIA DE RECEITA

SUBSECRETARIA-ADJUNTA DE FISCALIZAÇÃO

INSPECTORIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

IFE 12 - VEÍCULOS E MATERIAL VIÁRIO

EDITAL

O INSPETOR DA INSPETORIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA - IFE 12 publica a empresa que assinou TERMO DE ACORDO, conforme livro XIII do Decreto 27427/2000.

TERMO DE ACORDO Nº 07/99 - SER/RJ

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 79.481.688
RAZÃO SOCIAL: AZZURRA TOKYO VEÍCULOS LTDA.
CNPJ Nº: 04.777.242/0003-09
DATA DA VIGÊNCIA: 03/10/2011

Id: 1209214

SUBSECRETARIA DA RECEITA

SUBSECRETARIA ADJUNTA DE FISCALIZAÇÃO

INSPECTORIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DA CAPITAL

IFE 10 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

EDITAL

O INSPETOR DA IFE-10 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento do contribuinte responsável pela firma abaixo citada, no prazo de 05 dias úteis, a partir da data da ciência, conforme inciso IV, art. 38, Decreto nº 2473/79, para apresentar os livros e documentos fiscais referentes ao período de 01/10/2006 a 31/08/2011, em atendimento às solicitações da Auditora Fiscal da Receita Estadual Rita de Cássia Pinto da Silva Martins, mat. 0294714-1, realizadas através da Intimação nº 354115-59/1

RAF nº 354115-59

Empresa: LEMB COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.
Endereço: Rua Visconde de Pirajá,156, loja 215, Ipanema, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22410-001

Inscrição Estadual nº 75.972.008

Intimação nº 354115-59/1

Id: 1209215

EDITAL

O INSPETOR DA IFE-10 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento do contribuinte responsável pela firma abaixo citada, no prazo de 05 dias úteis, a partir da data da ciência, conforme inciso IV, art. 38, Decreto nº 2473/79, para apresentar os livros e documentos fiscais referentes ao período de 01/07/2007 a 31/08/2011, em atendimento às solicitações da Auditora Fiscal da Receita Estadual Rita de Cássia Pinto da Silva Martins, mat. 0294714-1, realizadas através da Intimação nº 343361-81/1

RAF nº 343361-81

Empresa: POMARTE-51 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Endereço: Estrada da Limeira, s/nº, lote 9 parte, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 25600-000

Inscrição Estadual nº 77.693.513

Intimação nº 343361-81/1

Id: 1209216

EDITAL

O INSPETOR DA IFE-10 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento do contribuinte responsável pela firma abaixo citada, no prazo de 05 dias úteis, a partir da data da ciência, conforme inciso IV, art. 38, Decreto nº 2473/79, para apresentar os livros e documentos fiscais referentes ao período de 01/07/2007 a 31/08/2011, em atendimento às solicitações da Auditora Fiscal da Receita Estadual Rita de Cássia Pinto da Silva Martins, mat. 0294714-1, realizadas através da Intimação nº 354127-04/1

RAF nº 354127-04

Empresa: POMARTE-51 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Endereço: Estrada da Limeira, s/nº, lote 9 parte, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 25.600-000

Inscrição Estadual nº 77.829.490

Intimação nº 354127-04/1

Id: 1209217

EDITAL

O INSPETOR DA IFE-10 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento do contribuinte responsável pela firma abaixo citada, no prazo de 05 dias úteis, a partir da data da ciência, conforme inciso IV, art. 38, Decreto nº 2473/79, para apresentar os livros e documentos fiscais referentes ao período de 01/07/2007 a 31/08/2011, em atendimento às solicitações da Auditora Fiscal da Receita Estadual Rita de Cássia Pinto da Silva Martins, mat. 0294714-1, realizadas através da Intimação nº 343367-20/1

RAF nº 343367-20

Empresa: RIMAR COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA.
Endereço: Rua Prefeito Olímpio de Melo, 2074, Benfica, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.930-005

Inscrição Estadual nº 78.047.232

Intimação nº 343367-20/1

Id: 1209218

Secretaria de Estado de Obras

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2009.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS, e a Empresa Elevadores ACEL LTDA.

OBJETO: Prorrogação do Prazo Contratual.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar de 29 de setembro 2011.

ASSINATURA: 28.09.2011.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 e Processo nº E-17/000.543/2007.

*INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 111/2010.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS, e a Empresa KNS Construção e Urbanização Ltda-ME.

OBJETO: Prorrogação do Prazo Contratual.

PRAZO: 159 (cento e cinquenta e nove) dias a contar de 26 de julho de 2011

ASSINATURA: 25.07.2011.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 e Processo nº E-17/001.501/2007.

*Omitido no D.O. 12.08.2011.

*INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 161/2010.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS, e o Consórcio FW GEMON.

OBJETO: Prorrogação do Prazo Contratual.

PRAZO: 210 (duzentos e dez) dias a contar de 26 de julho de 2011.

ASSINATURA: 26.07.2011.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 e Processo nº E-17/000.162/2007.

*Omitido no D.O. 15.08.2011.

*INSTRUMENTO: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2010.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS, e a Empresa Construtora Terrafirme de Casimiro Ltda.

OBJETO: Prorrogação do Prazo Contratual.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias a contar de 14 de agosto de 2011.

ASSINATURA: 12.08.2011.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 e Processo nº E-17/002.073/2009.

*Omitido no D.O. 02.09.2011.

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2010.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS, e a Construtora M. Alves Ltda.

OBJETO: Prorrogação do Prazo Contratual, e readequação do cronograma físico-financeiro.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias a contar de 17 de agosto de 2011.

ASSINATURA: 16.08.2011.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 e Processo nº E-17/002.186/2009.

*Omitido no D.O. 05.09.2011.

*INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 064/2010.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS, e a Empresa KNS Construção e Urbanização Ltda-ME.